



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

JONATHAN NUNES ALVES DO NASCIMENTO

**TESSITURAS DA HISTÓRIA LOCAL NA FESTA DO BODE DE GURJÃO-PB:
PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NO ENSINO DE HISTÓRIA**

**CAMPINA GRANDE
2022**

JONATHAN NUNES ALVES DO NASCIMENTO

**TESSITURAS DA HISTÓRIA LOCAL NA FESTA DO BODE DE GURJÃO-PB:
PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de graduado em História.

Área de concentração: Ensino de História.

Orientadora: Prof. Dra. Patrícia Cristina de Aragão

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N244t Nascimento, Jonathan Nunes Alves do.

Tessituras da história local na festa do bode de Gurjão-PB [manuscrito] : patrimônio e memória no ensino de história / Jonathan Nunes Alves do Nascimento. - 2022.

57 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão, Departamento de História - CEDUC."

1. Memória. 2. Patrimônio. 3. Ensino de história. 4. História local. I. Título

21. ed. CDD 981.33

JONATHAN NUNES ALVES DO NASCIMENTO

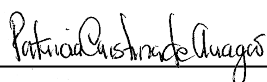
**TESSITURAS DA HISTÓRIA LOCAL NA FESTA DO BODE DE GURJÃO-PB:
PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de graduado em História.

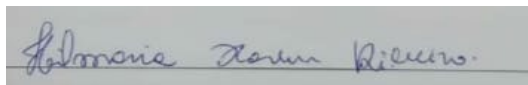
Área de concentração: Ensino de História

Aprovado em: 28/11/2022.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Hilmária Xavier Ribeiro
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)



Profa. Me. Márcia de Albuquerque Alves
Centro Universitário UNIESP

Aos meus pais, amigos, familiares e
companheira de vida, pela dedicação,
companheirismo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, sou grato ao Senhor Deus por me ter permitido chegar até aqui, pois Ele tem me sustentado. Sou grato pela vida dos meus pais, Angela Maria e José Alves que me deram todo de auxílio para que eu continuasse essa caminhada. Gostaria de também agradecer pela vida do meu irmão Rodrigo, pois ele tem contribuição em minha trajetória, e por meus sogros, Marquinhos e Rossilene.

Sou grato pela minha avó Rita Maria e deixo a observação que a mesma é residente do município de Gurjão, cidade da temática. Agradeço pela vida da minha avó Cícera Mendes, dos(as) meus tios(as), por meus colegas de curso e de turma.

Gostaria de agradecer aos meus amigos Douglas Diniz, Clara e Alex Nunes, que muito contribuíram para a formação e finalização desse trabalho. Aproveitando o ensejo, quero agradecer também pela força dos amigos que são mais chegados que irmãos, são eles: Junior Silva, Rafael Borges e Gabriel Silva, meu primo.

Nesse momento sou grato pela contribuição, força, persistência, dedicação e companheirismo da minha ex-colega de sala, porém nada mais e nada menos que minha futura esposa, Joyce Kelly.

Aos meus amigos e irmãos de curso Jair Barbosa, Matheus Nascimento e Joalisson Jerônimo, dupla residente na escola em Queimadas, assim como a Joabe Aguiar, preceptor da Residência Pedagógica, por seu tempo, paciência e dedicação e às minhas amigas de curso Amanda e Marinita.

Agradeço ao CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e ao programa Residência Pedagógica da Universidade Estadual da Paraíba, pelas bolsas concedidas, pois muito auxiliaram em minha trajetória, inclusive na escolha temática.

À minha professora e orientadora Patrícia Aragão, por todo esforço, acolhimento, confiança, paciência, dedicação e comprometimento. A todos os professores que compõem o Departamento de Licenciatura Plena em História, especialmente Márcia de Albuquerque, Hilmária Xavier, Iordan Queiroz, Socorro Cipriano, Matusalém dentre outros.

Por fim, à Universidade Estadual da Paraíba, por toda estrutura e comprometimento com seu corpo de alunado. Por todas as bolsas e professores que a mesma disponibiliza.

A todos, sou muito grato. Meu muito, mas muito obrigado!

“Grandes coisas fez o SENHOR por nós,
pelas quais estamos alegres.” (SALMOS
126:3)

RESUMO

Esse trabalho se propõe a refletir sobre a Festa do Bode na Rua, que acontece em Gurjão-PB, no ensino de história local, através da memória e do patrimônio. O objetivo geral da pesquisa é discutir sobre a festa na perspectiva da memória e do patrimônio no ensino de História. A reflexão foi realizada a partir da investigação da festa como patrimônio imaterial e cultural da cidade, assim como da memória coletiva e individual, enfatizando a importância da mesma para o ensino de História local e para a construção do saber histórico escolar. A pesquisa se situa no campo do ensino de História, enfatizando o conceito de festas, memória, patrimônio e ensino, destacando a importância destes para a educação escolar. Tomamos como evidências os estudos desenvolvidos por Albuquerque Júnior (2011), Halbwachs (1990), Ferreira (2006), Simões (2020) e Barros (2013). Partimos de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a cidade de Gurjão utilizando fontes imagéticas através de registros fotográficos da festa. A pesquisa permitiu perceber que o ensino de História com relação à discussão de festa, memória, patrimônio e ensino de história local, proporcionam uma série de possibilidades para o reconhecimento dos saberes locais e do saber histórico escolar, estimulando a percepção do aluno como sujeito histórico, além de revigorar o sentimento de pertencimento ao lugar.

Palavras-chave: Memória; Patrimônio; Ensino de História; História Local.

ABSTRACT

The present study aims to reflect on the "Festa do Bode na Rua" at Gurjão-PB in the local history teaching through memory and heritage. The overall purpose of the research is to discuss the party from the perspective of memory and historical heritage in the approach of memory and history teaching. The reflection was performed taking as a basis the investigation of the party as an immaterial and cultural heritage of Gurjão city, also as the collective and individual memory, emphasizing its importance in local history teaching and the establishment of school historical knowledge. The field research included the concept of festivals, memory, heritage, and teaching, emphasizing their importance for teaching history in school education. The research evidence was directly taken up by studies developed by Albuquerque Júnior (2011), Halbwachs (1990), Ferreira (2006), Simões (2020) e Barros (2013). For data collection, we used bibliographical and documental research related to Gurjão city, adopting visual sources, through photographic records of the party. In conclusion, the research allows the perception that teaching history, through party discussions, memories, heritage, and learning about local history, allows students to recognize locally produced knowledge and school historical comprehension. As a result of the above, students can recognize themselves as historical elements and develop a sense of belonging at the place where they live.

Keywords: Memory. Heritage. Teaching History. Local History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Altar original Paróquia São Sebastião com a imagem do Santo São Sebastião	33
Figura 2: Paróquia São Sebastião.....	34
Figura 3: Prefeito Zé Elias confirma 8 dias de festa em 2023	35
Figura 4: Exposição de caprino em praça pública.....	36
Figura 5: “Os donos” da festa.....	36
Figura 6: Primeira Edição do Bode na Rua - Ano de 1999.....	37
Figura 7: Cartaz programação Bode Na Rua 21º edição	38
Figura 8: Palco dois com uma banda local e comércio local.....	39
Figura 9: Turistas, barracas palco dois e Paróquia São Sebastião ao fundo	40
Figura 10: Palco principal e fluxo em período diurno	41
Figura 11: Imagem aproximada do palco principal e sua estrutura	42
Figura 12: Forrozão das Antigas no período noturno da Festa do Bode na Rua	43
Figura 13: Gastronomia e culinária temática regional (“bodista”).....	47
Figura 14: Gastronomia cultural local comercial.....	48
Figura 15: Artesanato local.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A FESTA COMO MEMÓRIA E PATRIMÔNIO IMATERIAL DA HISTÓRIA LOCAL: BREVE ABORDAGEM	15
2.1 A festa na historiografia e na história local	15
2.2 A festa na história local na abordagem da memória e do patrimônio	22
3 A FESTA DO BODE NA RUA NO CONTEXTO DE GURJÃO-PB: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E CULTURAL.....	32
3.1 Breve histórico da cidade de Gurjão- PB e da festa	32
3.2 A festa do bode na rua e o ensino de História: abordagem para a sala de aula	43
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

A Festa do Bode na Rua ocorre anualmente em praça pública no mês de julho no município de Gurjão, localizado no Estado da Paraíba e faz parte da memória social individual e/ou coletiva, assim como subsidia a história local, além de ser um patrimônio imaterial do município. Portanto, se faz pertinente discutir esta festa no contexto do espaço escolar a partir das aulas de História, mostrando que essa prática festiva e cultural é formativa e educativa. Neste contexto, a memória com relação à festa é um importante fator para a construção da identidade e valorização cultural, uma vez que as festas vão se manifestar por intermédio das práticas, dos sentidos e dos confrontos que estruturam a sociedade. A memória vivenciada através da festa permite perceber as intenções de um povo, de uma nação e daquele que detém o poder.

Partimos do pressuposto de refletir acerca da memória e da sua relação com o social coletivo, pois estes são agentes de acontecimentos seletivos de personagens ou eventos os quais Pollak (1992) denominou de “acontecimentos vividos por tabela”. Portanto, a memória não surge unicamente através de si mesmo, mas mediante acontecimentos e vivências exteriores. Nesse sentido, a festa como patrimônio histórico imaterial é importante por fazer parte da vida das pessoas e da história coletiva ou individual de uma respectiva localidade, além de apontar para o sentimento de pertencimento local mediante a memória do indivíduo que perpassou por experiências, vivências, relacionamentos etc., através de contatos exteriores.

Em um primeiro momento, o interesse pelo tema surgiu a partir da participação com a experiência de bolsista no Programa de Educação com Iniciação à Docência denominado Residência Pedagógica, subprojeto de História, Campus I da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), executado de 2018 a 2020, com participação em oficinas em turmas do 9º ano e, posteriormente, lecionando em turmas do 7º ano. O projeto foi desenvolvido na Escola Municipal Judith de Paula Rego, localizada no Município de Queimadas- PB. Através de experiências e projetos se formou a construção de saberes e reflexões sobre memória, patrimônio e história local.

Em um segundo momento, o interesse pelo tema surgiu também em função da identificação com a história local e de um sentimento de pertencimento. Apesar

de não residir na cidade, o trabalho aqui proposto trata da região onde se originou parte da minha família. Portanto, compreendo que Gurjão é um dos municípios que me concebe existência, e que me proporcionou e ainda proporciona demasiadas memórias.

Além disso, o tema trata de descrever a relevância do principal evento da cidade (um dos maiores da região), reforçando a importância entre a História e o conhecimento pessoal e também entre a História e o sentimento de pertencimento daqueles que futuramente vão apreciar este trabalho, principalmente no espaço escolar nas aulas de História.

O presente trabalho pretende refletir sobre o modo como a Festa do Bode na Rua de Gurjão- PB, enquanto memória e patrimônio imaterial da cidade, pode contribuir para o ensino de História e ensino de História local, dando ênfase à importância destes para a educação escolar, considerando a importância da aprendizagem para a construção de identidade social e sentimento de pertencimento.

Nesse contexto, o objetivo geral foi discutir sobre a abordagem da festa do Bode na Rua na perspectiva da memória e do patrimônio imaterial no ensino de história local na educação básica, das discussões de festa e do ensino de História, enfatizando a importância para a memória e história local no ensino de História com relação aos educandos e educadores com o propósito de contribuir com a formação de um senso crítico de nossos alunos, professores e demais leitores na construção da identidade e de um sentimento de pertencimento.

O trabalho tem como objetivos específicos refletir sobre a festividade na perspectiva da memória e do patrimônio; compreender a memória na história local de Gurjão- PB no campo do ensino de História através da festa e analisar a importância da mesma para o ensino de História/história local apresentando a sua importância na construção do saber histórico escolar.

Vale destacar que o município, em época festiva, recebe inúmeros turistas e visitantes locais para apreciar a feira e a exposição que ocorrem em praça pública. A feira, assim como a exposição, não consiste apenas em demonstrar a espécie do bode em si, mas permite que sejam expostos produtos derivados da prática caprinocultura, sejam eles resultantes de dotes culinários ou produtos artesanais. Além disso, a festa demonstra e reforça a cultura regional através da participação de bandas musicais.

Consideramos, portanto, a discussão de festa, memória e patrimônio imaterial como algo importante e significativo, principalmente porque a cidade proporciona um amplo campo cultural a ser trabalhado. Também citamos um breve tópico sobre a história da cidade, da festa e de sua cultura, com a finalidade de mostrar a sua importância no saber histórico escolar. Vale ressaltar que existem obras publicadas com relação a história da cidade de Gurjão-PB e da festa, porém, nosso trabalho estará voltado para a festa e sua relação com o ensino de história.

Esta pesquisa é situada no campo do ensino de História em interface com a história cultural das práticas educativas escolares, que trabalham com as questões das festas enquanto objeto de aprendizagem e meio de ensino, como forma de discutir as expressões das culturas populares na escola que, a partir da historiografia, enriquece as pesquisas para a História da humanidade e do seu passado para os estudantes, professores e cidadãos do município de Gurjão- PB.

Além disso, o trabalho é mediado por pesquisas e discussões sobre memória social, individual e coletiva; patrimônio cultural imaterial e história local, junto com discussões sobre festas na historiografia e também sobre o ensino de História, possibilitando aos leitores trajetórias e práticas pedagógicas no campo do ensino com relação à temática aqui apresentada.

Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica. Partimos de uma discussão com a bibliografia sobre o tema, articulando, neste estudo, a abordagem em torno da pesquisa documental no sentido de analisarmos sobre festas, memória, patrimônio e ensino de História. Partimos dos estudos desenvolvidos por Albuquerque Júnior (2011), Halbwachs (1990), Ferreira (2006), Simões (2020) e Barros (2013) para que pudéssemos discutir sobre a temática proposta.

Sobre a pesquisa documental foram utilizados como referências a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o uso de fontes imagéticas (fotografias) sobre a cidade, especialmente da festa que compõe. Estas últimas dão reforço às informações colhidas sobre a cultura material e imaterial, atribuindo significados à memória e à história de uma sociedade. Portanto o uso da linguagem figurativa se configura como um instrumento ilustrativo fundamental, assumindo o status de documento na produção de conhecimento, proporcionando significados à história e à memória de uma sociedade ou do indivíduo ao passo que, como apontou Figueiredo (2007, p.5):

O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007, p.5).

Dessa maneira o trabalho é subdividido em duas fases¹. No tópico dois discute-se sobre festas e seus conceitos na perspectiva da memória e patrimônio imaterial, apresentando um debate sobre os conceitos, além de demonstrar a importância das festas e da memória individual e coletiva para a construção de identidade do indivíduo e para a preservação do patrimônio imaterial da festa.

A segunda fase é apresentada no tópico três, no qual é feita uma breve contextualização sobre a história da cidade de Gurjão-PB, apresentando a história da Festa do Bode na Rua, realizando um diálogo sobre as suas mudanças e permanências enquanto patrimônio histórico imaterial e a memória coletiva e individual construída em torno da mesma, além de apontar a importância da festa na aprendizagem e no ensino de História.

¹ Vale enfatizar que o primeiro tópico é composto pela introdução do trabalho.

2 A FESTA COMO MEMÓRIA E PATRIMÔNIO IMATERIAL DA HISTÓRIA LOCAL: BREVE ABORDAGEM

Neste tópico discutimos sobre festas e seus conceitos na perspectiva de memória e patrimônio imaterial, apresentando um debate sobre os conceitos, além de demonstrar a importância das festas e da memória individual e coletiva para a construção da identidade do indivíduo e para a preservação do patrimônio imaterial da festa.

2.1 A festa na historiografia e na história local

Inicialmente, é importante destacar que por vários anos, os historiadores em geral ignoraram as festas como um fazer histórico como fonte importante para a história e memória de uma localidade. As festas, quando lembradas ou citadas, partiam, por vezes, de datas consideradas importantes para a história de uma sociedade ou cultura. Ou seja, nesse ínterim Albuquerque Júnior (2011, p.142-143) observou que:

Durante muito tempo as festas não interessaram à historiografia, que tratava da história da classe trabalhadora, do mundo do trabalho, do movimento operário ou dos movimentos sociais, já que a atividade festiva era vista, no máximo, como momento de divertimento, de lazer, quando não de alienação e de cooptação do trabalhador, momentos de distanciamento e de afastamento da luta por seus verdadeiros interesses (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 142-143).

As festas culturais em geral são relacionadas com a existência do ser e do espaço, no qual o segundo é, por consequência, essencialmente singular ao seu lugar, que se faz definidor de identidades. Isso se torna bastante perceptível no Brasil, quando as tradições, celebrações, receitas, músicas e artesanatos são expostos e demonstrados através de festas locais ou regionais, não importando qual seja a classe social ou pertencimento étnico, uma vez que nosso país possui ricas manifestações culturais.

No entanto, como bem observado pelo historiador Albuquerque Júnior (2011) em sua análise sobre a temática, as festas adquirem e demonstram o *ethos* particular de uma sociedade e dos indivíduos que a constituem. Porém os estudos, que até então eram ignorados, só vieram reaparecer nos anos cinquenta do século

XX e, mais tarde, nos anos setenta, através de estudos iniciados pelas ciências sociais em busca de identificar as identidades nacionais.

Outra característica significativa percebida por Albuquerque Júnior (2011) é a importância de Magnani (1998), que trazia uma novidade no modo de pensar e de analisar as festas que até então eram examinadas apenas pelas ciências sociais brasileiras que:

tinham privilegiado, até então, as chamadas festas tradicionais, as festas rurais ou as chamadas festas típicas – sejam elas nacionais, regionais, locais –, além das chamadas festas cívicas, o fato de que ao usar a categoria pedaço, Magnani sutilmente rompia com a dicotomia entre a casa e a rua, o mundo público e o mundo privado, entre as festas públicas e as festas privadas, que caracterizava a abordagem de Da Matta (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 137).

Magnani (1998) compreendeu que as festas, as comemorações ou as manifestações desfrutam do poder da junção, pois enquanto a festa desenrola-se os universos culturais entre o rico e o pobre; o campo e a cidade; a vila do interior e da grande cidade; o trabalho e o lazer; o profano e o sagrado; que até então eram distintos e separados, se unem em troca de contatos, experiências, diálogos etc.

Com o avanço da historiografia, autores como o antropólogo Roberto Da Matta influenciaram vários historiadores e cientistas sociais com sua perspectiva de enxergar as festas o seu conceito para as mesmas. Albuquerque Júnior na obra *Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar*, de 2011, chamou a atenção para o fato de que, enquanto pessoas e cidadãos brasileiros somos compreendidos de acordo com a forma como lidamos com as festas cívicas e as festas ditas populares.

Da Matta (1979) destacou que é possível estreitar as relações entre as festas patrióticas e as de cunho cultural, uma vez que existe a possibilidade de assimilar e articular o que muitas sociedades separariam e definiriam como festas “contrárias”. De um modo eficaz, para melhor entender a afirmativa, ele utilizou o exemplo do desfile cívico do dia 7 de setembro e a festividade carnavalesca, pois aqueles que desfilam durante o dia da pátria estariam participando também dos blocos de carnaval. Ou seja, o indivíduo circularia entre eles (os eventos e as festas) mantendo, dessa maneira, os eventos e as festas em posições dicotômicas, porém alinhando nosso modo de ser em equilíbrio com o “contrário”.

Portanto as festas tem o poder de romper com o cotidiano levando o indivíduo à distração e à quebra de rotina, ao lazer, experimentando momentos de

contentamento, esquecendo momentaneamente as suas responsabilidades, por exemplo, do trabalho e, assim, considerar como primordial a sua distração de lazer.

São as festas que revelam os códigos e regras que administram a ordem social porque elas explicam, descrevem e demonstram a identidade² de um povo ou de uma nação. Isso é perceptível quando as festas quebram a ordem vigente acentuando nas pessoas que dela fazem parte, um sentimento de liberdade ao quebrar os códigos.

As festividades brasileiras, na perspectiva do sociólogo Freyre apud Albuquerque Júnior (2011) são definidas como o momento e o local de trazer nossas diferenças; em seguida uni-las, além de harmonizar as diferentes hierarquias que demarcam e, acima de tudo, dividem nossa realidade social.

No entanto, Freyre no avistar aglutinador da realidade e de imagismo das festas brasileiras, considera, em seus trabalhos, que as festas evidentes por intermédio das cores, das vestimentas, do diverso, das crenças etc. Estes traços serviam para explicar e ritualizar as divisões sociais impostas hierarquicamente, assim como para relativizar a distância, o proibido e as diferenças trazendo o lado informal das festas. Ou seja, as festas enfatizavam o lado formal em determinado momento e, posteriormente, desencadeavam a desordem entendida aqui como diversão e folia.

Vale salientar que, no decorrer da história, com o despontamento da burguesia (ascensão da classe burguesa) as festas caminharam para um sentido privado (agremiações; clubes; salões) desagregando o pobre do rico; o preto do branco, mas ainda assim as festas caminhavam para o exterior. Compreende-se por exterior o ambiente: fora do âmbito da casa, dos salões e dos clubes. As festas particulares brasileiras possuíam e ainda possuem uma forte tendência de ocorrerem ao ar livre, podendo ser na varanda, no terraço, no quintal, na piscina, dentre outras.

Amaral (1998, p.26) amparado por Durkheim, afirmou que o indivíduo, quando participa de um grupo, pode ser dominado pelo grupo e o “seu eu” individual desaparece para dar espaço ao coletivo. Ou seja, o indivíduo “desaparece” para dar lugar ao coletivo, sendo possível a vida em sociedade. Sendo assim, laços sociais que tendem a desaparecer com o tempo, são reavivados, pois de acordo com Cruz;

² Identidade essa que não é homogenia, pois nem todos se identificam, por exemplo, com a Festa do Bode na Rua. Ou seja, a identidade do povo pode significar somente uma parcela dos mesmos.

Menezes; Pinto (2008) apud Barreto, o patrimônio histórico imaterial ou cultural requer cuidados para que não seja tomado pelo tempo-espaço, mas apenas reconfigurado por ele.

Amaral (1998, p.26), em suas observações sobre os escritos de Durkheim assim como Cruz; Menezes; Pinto (2008, p.10) assinalou que as forças coletivas perdem suas forças e, por isso, é fundamental, além de necessário a festividade e o religioso a fim de subsistir a memória que expressa as identidades de uma determinada localidade, povo ou nação.

Faz-se importante, analisar as definições de Durkheim e Da Matta sobre festa. Para Da Matta, as festas possibilitam a quebra do código vigente, cuja finalidade é levar o humano ao esquecimento de sua realidade, por exemplo, de trabalho, assim é também para Durkheim (1968, p. 543-547, apud AMARAL, 1998, p. 26-27), pois para ele:

A festa também é capaz de colocar, em cena, segundo Durkheim, o conflito entre as exigências da “vida séria” e a própria natureza humana. Segundo seu modo de ver, as religiões e as festas refazem e fortificam o “espírito fatigado por aquilo que há de muito constrangedor no trabalho cotidiano”. Nas festas, por alguns momentos, os indivíduos têm acesso a uma vida “menos tensa, mais livre”, a um mundo onde “sua imaginação está mais à vontade” (AMARAL, 1998, p. 26-27).

Na historiografia as discussões sobre as festas foram direcionadas a outro molde de perspectiva, de tal modo que a preocupação e o eixo primordial não tratariam apenas sobre o divertimento dos personagens/indivíduos ou da análise das diferenças hierárquicas; do poder de unir o “diferente” ao “comum”; do imagético; da diversão etc. Sobretudo, as observações vão partir das práticas e dos sentidos, dos confrontos que estruturam a sociedade. Em seguida, dos anos cinquenta aos sessenta do século XX, o Brasil foi influenciado pelo marxismo inglês e:

A historiografia brasileira descobre o caráter político das manifestações culturais populares, encontrando nas festas populares não apenas rituais que encenam e simbolizam as relações sociais que norteiam a vida destes personagens, como também serão consideradas como expressões de formas de ver o mundo, como expressões de valores, costumes, formas de pensar e ver que estão em conflito com o que seria a mentalidade, o imaginário ou a ideologia dominantes (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 143).

As festas estariam sendo analisadas, observadas, examinadas e assistidas com o olhar desperto à diversão e ao esquecimento da jornada de trabalho e a distração do real cotidiano. José Reis (1991) mostrou a cultura popular e os

dominados como conflito e resistência, pois é através da rebeldia/resistência/manifestação política que identificamos as diferentes mentalidades da cultura popular em relação à elite dominante.

Para Martha Abreu (1999) a festa apresenta múltiplas faces, ou seja, a festa maquia as estratégias políticas. Vale destacar, inclusive, por meio do religioso. Em 2002, Maria Clementina chamou atenção sobre a dimensão cultural, inclusive indagando a respeito dos sentidos e significados daqueles indivíduos que participam do momento festivo, principalmente em relação à luta de classes.

A historiografia cultural foi tomando força no Brasil a partir da década de 1990, influenciada pelo pensamento de Roger Chartier, que investigou os diferentes grupos sociais, entre eles os letrados e os não letrados, com o objetivo de compreender as representações e práticas de diversos grupos sociais.

Maria Bernadete Ramos Flores (1997/1998) investigou as festas pelas tradições e o comportamento de um local, povo ou nação. A finalidade primordial dos trabalhos a partir de então era verificar como são inventados os festejos por parte das elites e dos diversos grupos sociais, assim como identificar e perceber os sentidos e os objetivos políticos sobre o discurso construído sobre as festas. Por fim, os trabalhos visavam entender a relação e as mudanças/semelhanças da tradição das festas do passado com as práticas do presente.

Contemporaneamente as obras publicadas apresentam as festas com perspectivas relacionadas à observância das práticas e dos discursos gerados em relação à respectiva temporalidade na qual ocorreram as festas. Em outras palavras se trata em observar (desconstruir) o objetivo político do grupo e os fins dos discursos da temporalidade inicial da festa. Investigar qual o propósito entre o Estado e a sociedade.

As festas podem ser pensadas como festejo, diversão e distração, mas estudá-las implica também em analisar os investimentos de controle: as intenções de um povo; nação; do poder, do Estado ou do letrado. Visto isso, é possível compreender que as festas não são tratadas apenas como festas, ou seja, elas não são apenas a quebra da ordem vigente e da rotina cotidiana; o viver do presente momento e o respirar a presente diversão; o riso; a amizade; a dança; a embriaguez; o churrasco; a comida; a paquera.

As festas podem ser também as tragédias, as brigas, a discussão dos namorados, os ciúmes e a morte. As festas trazem também consigo interesses de

classes; jogos de Estado e não apenas a diversão, a cultura, a tradição ou o sagrado. Nas festas estão presentes os “papéis” de dominação e resistência, de negociação, conflitos e alianças.

Ressaltamos que as festas são dotadas de inúmeras possibilidades, desejos, sonhos e utopias e é isso que as torna o que elas são. A festa por mais que seja tradicional, nunca e jamais será a mesma festa. A cada festa, uma nova experiência é vivenciada, um novo ar é respirado, uma nova memória é vivida. “Contudo, divertimento é coisa séria, e pode ser entendido até mesmo como a segunda finalidade do trabalho, vindo logo após a necessidade de sobrevivência” (AMARAL, 1998, p.27). Assim, a festa é propícia ao fazer do historiador e cabe à História verificar as festas, uma vez que sigamos o conselho de Albuquerque Júnior (2011, p.148-149) e possamos enxergar a História divertidamente, como uma festa, mas claro, sem perder a seriedade sobre os argumentos, fatos, fontes e análises. Nada de escrever apenas por diversão, mas escrevê-la a fim de compreendê-la em suas tessituras.

Retomando à moldagem contemporânea na maneira de entrever a História e, por conseguinte, as festas, é possível afirmar e perceber que esse novo molde de as perceber se dá inclusive graças à forte influência do filósofo-psicólogo-historiador Michel Foucault no seu revolucionar a História. Veyne apud Rago (1995) mostrou que:

Foucault revoluciona a história”. Com esta frase polêmica e instigante, Veyne chamou a atenção dos historiadores para um movimento conceitual em curso desde os anos sessenta e para o qual ainda não havíamos tido olhares muito favoráveis (RAGO, 1995, p. 67).

A frase foi muito feliz em sua aplicação, pois entendemos que de fato ele (Foucault) revolucionou, transformou, remodelou e renovou o conceito historiográfico no fazer histórico.

Vamos perceber então, onde é aplicada e/ou como aplicar, ou adaptar o fazer historiográfico de Foucault no estudo das festas e porque atribuir importância a suas aplicações na respectiva temática; qual é a relação da historiografia (a partir dele) com as festas brasileiras.

A partir de Foucault aspectos que antes não eram privilegiados na historiografia passaram a ser focalizados nos estudos e reflexões. Melhor dizendo, ele direcionava seu olhar para tudo aquilo que parecia “minoría”; para os objetos que

não tinham destaque e enfoque como os temas de sexualidade e corpo. Assim “o próprio Foucault se filiou aos Annales [...] defendeu uma história problema, ou seja, um trabalho de pesquisa histórica que servisse para iluminar e responder a uma problematização colocada pelo historiador” (RAGO, 1995, p. 70).

O ponto de partida da análise de Foucault são as práticas que levaram à discussão de determinados objetos ou sujeitos. Ou seja, para ele a História é o discurso construído e não o objeto. O problema central das discussões e análises de Foucault é o de trabalhar a história como discurso.

Afinal, de acordo com Rago (1995), na perspectiva de Foucault não existe uma verdade absoluta; não existe uma naturalidade ou uma essencialidade (primeira ou única que nasce naturalmente). A seu ver tudo é construído através de uma força e do poder. O passado não está organizado e não estaria aguardando o desvendamento, sobretudo os eventos ganham historicidade quando ligados e trabalhados através de conceitos históricos.

Para Rago (1995) Michel Foucault retorna ao passado olhando como as práticas discursivas e as não discursivas são construídas através das redes de poder, percebendo que tudo depende do discurso silenciado e não dos objetos em si, pois a História não é o objeto, mas sim as redes que formam o objeto. Desse modo é de total compreensão que todo discurso é criado através das forças. Na sociedade o discurso surge através da força de poder.

Antes das percepções de Foucault os historiadores focalizavam apenas um monumento passado, estudavam determinado evento, ligavam e/ou interligavam a algo mais recente, narrando como ocorreram respectivos fatos, por exemplo, narrava-se como ocorriam as festas. Isto é, os historiadores enxergavam a História como continuidade. No entanto, o historiador desde a perspectiva inspirada por Foucault não mais partiria direto para o objeto, mas sim para as redes (as teias ou as práticas) que levam a determinado objeto:

Ora, repentinamente, o chão dos historiadores desabou, pois já não contávamos nem com um passado organizado, esperando para ser “desvelado”, nem com objetos prontos, cujas formas poderiam ser reconhecidas ao longo do tempo, nem com sujeitos determinados, nem tampouco com o fio da continuidade que nos permitia pensar de uma maneira mais sofisticada em termos de processos históricos e sociais. E, ao invés de partirmos em busca da síntese e da totalidade, deveríamos aprender a desamarrar o pacote e mostrar como fora constituído, efetuando a “descrição da dispersão” (RAGO, 1995, p. 73).

Ou seja, o historiador partiria das entrelinhas, analisando qual foi o discurso construído em relação aos objetivos, desejos e intenções sobre a festa designada em determinada nação ou contexto social. É o entender as relações de poder e de interesses políticos. Voltar ao passado a fim de compreender os discursos, inclusive daqueles silenciados.

Partindo destas reflexões percebemos que as festas constituem parte da experiência coletiva de uma comunidade. Sucintamente identificamos que as festas fazem parte da realidade histórica de toda ou qualquer cidade, podendo ser essa festa religiosa ou até mesmo de cultura local. Além de tudo as festas referenciam a história da cidade e através dela é possível compreender a trajetória da cidade em diferentes temporalidades históricas. A festa é importante também por fazer parte da vida das pessoas, assim como da história coletiva ou individual de uma respectiva localidade.

Dessa maneira, as festas fazem parte da vida das pessoas uma vez que as festas movimentam praticamente toda a cidade ou a comunidade, seja para assistir uma apresentação, realizar uma dança, apreciar obras artesanais, degustar as comidas típicas, pagar promessas, completar a caminhada em procissões, assistir missa, encontrar/reencontrar os amigos e/ou familiares, realizar troca entre olhares, brincar nos parquinhos; tomar uma bebida, um soverte, um açaí com os colegas ou até mesmo conhecer novos lugares (principalmente por parte dos turistas); adquirir novas experiências e novos conhecimentos sobre o local e a cultura local da cidade.

Nesse sentido, percebemos que as festas fazem parte das experiências e vivências coletivas, mas também apontam para determinados pertencimentos do local, neste caso, o indivíduo afirma pertencer, por exemplo, à cidade de Gurjão-PB e assegura que a mesma tem como festa de referência a Festa do Bode na Rua. Desse modo muitos cidadãos passam a conhecer a cidade através da referência da festa naquela região e, assim, entendemos que a festa faz parte de uma tradição local, fazendo parte da cultura e da história local.

2.2 A festa na história local na abordagem da memória e do patrimônio

Podemos compreender que a festa expressa a história local e social e se localiza tanto na memória individual quanto na memória coletiva das pessoas daquele lugar. Conseqüentemente, se afirmamos que a festa faz parte da memória

local de uma cidade ou de um indivíduo, faz-se importante entender as concepções de memória.

Para pensarmos sobre a Festa do Bode na Rua como patrimônio imaterial no campo do ensino de História, faz-se necessário refletir sobre um aspecto significativo da composição desta festa. Trata-se do fato de que a mesma faz parte da memória social dos munícipes e que, fazendo parte desta memória, ela se entrelaça com a festa. Deste modo, discutir sobre a festa nos move a discutir os aspectos relativos à memória social comunitária.

É significativo pontuar que a memória anteriormente era subtendida apenas como parte individual. Inicialmente não era compreendido que a memória pertencia também a um corpo maior, ou seja, a uma memória social coletiva. Foi então que Michael Pollak apud Halbwachs (1992) afirmou:

nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, 1992, p. 2).

Ecléa Bosi (1987), em suas reflexões a partir de Halbwachs (1950), afirmou que a memória do indivíduo não depende e não surge unicamente através de si mesmo, porém mediante as experiências, relacionamentos, vivências e lembranças no qual acredito que seja adequado denominar de contatos de exterior e/ou externo.

Quando dizemos e utilizamos a expressão o “exterior/externo” estamos nos referindo a tudo aquilo que engloba os arredores do sujeito, ou seja: a família, os amigos, a luta de classe, a política, as festas etc. Portanto, isso justifica o porquê de Halbwachs estudar os quadros sociais da memória e a “dependência” do indivíduo ao que denominamos em nosso trabalho de experiências e contato do externo.

Halbwachs não vai estudar a memória, como tal, mas os “quadros sociais da memória” [...] A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (BOSI, 1987 p.16).

Portanto compreendemos que memória são os “acontecimentos” que se sucedem pessoalmente pelo cidadão e que “contribuem para a afirmação de identidade” (CRUZ; MENEZES; PINTO, 2008, p.18). Diferentemente da memória individual, a memória coletiva, como a própria expressão demonstra, significa

vivenciar acontecimentos “vividos por tabela” por um grupo do qual o indivíduo se sente pertencente.

É essencial um imenso cuidado e atenção com os acontecimentos que Pollak (1992) definiu como “vividos por tabela” considerando que para a memória coletiva, por se tratar do sentimento de pertencimento a um grupo, não significa sempre que o indivíduo vivenciou o designado acontecimento. Consideremos como exemplo a Festa do Bode na Rua em sua décima primeira edição, na qual ocorre um evento/acontecimento que marcou de uma maneira especial a memória do indivíduo, todavia esse cidadão a formulou e exerceu o modelo de acordo com o seu imaginário, inclusive em consequência de sua identificação com o passado, formando, desta maneira, uma memória essencialmente herdada, sem identificar se com o momento que foi realmente presenciado ou seja, este foi puramente construído inconscientemente, através de seu imaginário.

Na percepção de Pollak (1992) com relação aos “acontecimentos”, a memória pode ser invariável para uma pessoa ou até para um coletivo, pois a mesma sempre destaca elementos em sua fala que se tornam imutáveis, confirmando ainda mais a importância e o sentido de pertencimento do evento.

Não diferente dos acontecimentos, o “personagem” se faz também por tabela. Muitas vezes o indivíduo herdou a memória de uma figura representativa e perpassada. Trabalhem, como exemplo, a Festa do Bode na Rua em Gurjão na seguinte perspectiva: o avô explica ao seu netinho que o “José”, político do município, trouxe até a décima primeira edição da festa um grande, mas já falecido cantor chamado de “João”, que contava com fama de grande representação na cultura regional e estimulava a tradição daquele local. Portanto, entendemos que o cantor representava o povo e a tradição da região e, de um modo indireto, essa figura do cantor, através do relato do avô ao seu netinho, conduziu o neto a fazer uma projeção e, mais tarde, a transferência de outros eventos.

Além dos acontecimentos vividos através do indivíduo, os “lugares” são também advindos de memória tanto individual quanto coletiva, no entanto estas vão surgindo através da lembrança. Isto significa, por exemplo, que uma criança que visitava a exposição de caprinos em uma das principais ruas de Gurjão- PB na Festa do Bode na Rua recorda futuramente os acontecimentos vividos, sem a precisão datada, mas que marcara abundantemente sua memória. Portanto Pollak (1992) determinou que o não gravar, assim como o não assimilar ou até mesmo o não

recordar com precisão as datações é interpretado como “problema dos vestígios datados da memória”.

Percebemos com Pollak que a memória coletiva é bem mais organizada se comparada com a memória individual, até mesmo porque um evento político é datado ou demarcado no calendário social político que, em sua grande maioria, é resultado de lutas ou até mesmo de interesses políticos, ou seja, “a memória coletiva [...] é também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 1924, p. 410). Assim, compreendemos que a memória nem sempre está sujeita à vida física dos seres humanos e à sua participação de imediato na memória ou no evento passado/ocorrido.

Contudo, o calendário político (ou a memória coletiva) e, principalmente, a memória individual realizam variações de acordo com sua organização e, principalmente, conforme as preocupações pessoais e políticas, confirmando, deste modo, que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 4) testificando que o esquecimento e o silêncio giram em torno dos interesses políticos e sociais:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1924, p. 368).

A partir do momento em que observamos que as memórias coletiva e individual são agentes de acontecimentos seletivos de personagens ou eventos vividos por tabela em determinados lugares, percebemos que a memória é importante para a construção da identidade do ser e de um sentimento de pertencimento. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (LE GOFF, 1924, p. 410).

Na perspectiva de Halbwachs (1990) os seres humanos esquecem por muitas vezes as lembranças e não as encontram porque o ser, muitas vezes atravessa uma longa jornada, longe do grupo causando no indivíduo a distinção entre os pontos de contato do indivíduo com o grupo, resultando no esquecimento dos eventos, sentimentos, pertencimento, necessidades, interesses etc.

Portanto Soares; Minuzzi e Maciel (2011) perceberam que “a memória enquanto processo de construção social é fundamental não apenas para a formação da identidade de um grupo, mas também para a integração social do indivíduo na coletividade” (SOARES, 2011, p. 132), pois buscamos em um grupo a nossa semelhança de pensamentos, comportamentos e sentimentos, permitindo que, através dessa ação, seja conservada a cultura e a tradição do grupo e dos indivíduos atuantes do grupo.

As experiências que são vivenciadas fisicamente ou herdadas pelo indivíduo constroem uma imagem dele próprio em relação ao modo como ele deseja se ver ou até mesmo como ele deseja ser percebido pelo outro (grupo, região, família, amigos ou sujeitos “próximos”). É de relevância destacar que o processo de construção identitária do sujeito pode variar entre consciente ou não consciente.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. (POLLAK, 1989, p. 7).

Para Halbwachs (1990) a memória surge mediante as lembranças individuais. Por exemplo, retornar a uma cidade visitada anteriormente em uma dada época vai permitir ao indivíduo que determinados locais ou eventos rememorem e refresquem as lembranças do seu inconsciente que, até então parecia esquecido, congelado e estático em seu cérebro.

Como resultado ele descreve que a memória individual são lembranças que agem paralelamente com a memória coletiva, pois o indivíduo que presencia um local sem a companhia de um parente ou colega, estará sempre rodeado por desconhecidos, seja isso com relação ao aspecto direto ou indireto.

Quando o indivíduo não está cercado por outro, este relembra um acontecimento que foi baseado na construção de outro cidadão. Ou seja, a memória, nessa perspectiva, é relembrada direta ou indiretamente através do(s) outro(s). Com relação às nossas lembranças, rememorando as nossas memórias afirmou Halbwachs:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. (HALBWACHS, 1990, p. 16)

Porém o mesmo repensou e indagou a memória coletiva com relação à rememoração da memória individual questionando se a primeira é garantia da segunda. Ou seja, a memória coletiva garante, sem erro, a rememoração e explicação das lembranças de um cidadão? Pensando nisso ele respondeu ao seu próprio questionamento dizendo que “a memória coletiva não explica todas as nossas lembranças e, talvez, que ela não explica por si mesma a evocação de qualquer lembrança” (HALBWACHS, 1989, p. 24).

Contemporaneamente os termos memória e patrimônio estão ganhando cada vez mais espaço no cotidiano e no senso comum, mas sem exigir o aprofundamento de suas definições e sentidos. É aplicado, junto ao termo, a rememoração e a permanência do passado e o local de identidades ou de esquecimento destas (FERREIRA, 2006).

O patrimônio detém o papel de lembrar, por exemplo, os interesses políticos, mas também ele pode garantir o esquecimento das lembranças e das memórias ou até mesmo esconder partes desses eventos a fim de demonstrar apenas aquilo que interessa na construção de sua imagem e identidade.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN o patrimônio imaterial cultural é entendido como:

Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade é composto pelas práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu Patrimônio Cultural (IPHAN, 2014).

Em um primeiro momento, Ferreira (2006) observou que foi no século XVIII que o Estado começou a se preocupar com o patrimônio, no entanto, após o período de guerras, o uso do patrimônio foi sendo cada vez mais mencionado. Vale salientar que no século XIX, por forte influência de pintores franceses, os patrimônios históricos denominados de “patrimônios culturais³” trouxeram uma forte influência de proteção e preservação aos espaços (preocupação estética e, por conseguinte, valorização da memória), até que surgiu o significativo terceiro momento, durante o século XX, entre os anos 60 e 80 quando o termo de fato é manifestado e expressou uma maior expansão.

³ O termo “patrimônio cultural” foi criado Alexandre Von Humboldt.

Não obstante, Couceiro e Barbosa (2008) perceberam que o conceito de patrimônio surgiu forjado durante o período da Revolução Francesa (final do século XVIII), que visava garantir a segurança e permanência dos imóveis e das artes pertencentes aos grupos das elites francesas que estavam sendo atingidas no decorrer das lutas revolucionárias.

A preocupação com a proteção foi “motivada pelas ideias do Iluminismo e com o objetivo de impedir o vandalismo que em alguns períodos acompanhou a Revolução Francesa” (GRAMMONT, 2006, p.437). A partir disso, já no século XIX, os países da Europa, principalmente a França em consequência daquilo que vinha resultando a Revolução, iniciaram o “projeto” renascentista a fim de garantir às artes, obras, construções, ou seja, à cultura material, a grandiosidade e a permanência do que estava sendo considerado como bens das nações, enviando-os para locais seguros. Posto isso, até então era preservado apenas a:

cultura e história europeia, de construções e objetos que representam o que é belo e artístico no Ocidente, enquanto manifestações culturais de povos minoritários, não ocidentais e de países subdesenvolvidos eram vistas como inferiores e atrasadas ou, nas melhores condições, pitorescas e exóticas (SOUZA; CRIPPA, 2015, p. 3)

Já na primeira metade do século XX, no Ocidente, o patrimônio e seu conceito de bem cultural passou a ser questionado principalmente no contexto pós Segunda Grande Guerra, pois se deu o “fim⁴” das ideias nazifascistas racistas que visavam também a exclusão do passado. Com isso instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) iniciaram debates e discussões acerca da noção de bem cultural e, em 1972, a UNESCO elaborou o conceito de Patrimônio Imaterial (GRAMMONT, 2006).

Em 1937 Getúlio Vargas criou, no Brasil, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que defendia, à época os monumentos das camadas mais ricas. Se definiu patrimônio no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 como “conjunto de bens móveis e imóveis de interesse público que possuam, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

⁴ O uso das aspas é para destacar ironicamente que infelizmente, ainda hoje, em pleno século XXI, ideias nazistas, fascistas e racistas permanecem em nossa sociedade atual.

De acordo com John (2012, p. 324) investigando Ribeiro (1995) a perspectiva de preservação elitista que “esquecia” as camadas menos favorecidas foi preterida até os anos de 1970 e a noção foi ampliada com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 art. 206 que diz e define patrimônio como:

constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...] (JOHN, 2012, p. 325).

Mas o termo de natureza monumental surgia no Brasil já nos anos 30 do século XX e em 1937, enfim os monumentos atingiram a categoria de patrimônio nacional através da Constituição; já entre 1970 a 1990 foram inseridas novas categorias de patrimônio cultural em nível do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

No entanto, ainda nos anos 70 do século XX no Brasil, o patrimônio não detinha tamanha força e grandeza. Foi somente em 1970 que o patrimônio ganhou força internacionalmente a Paris (exterior à França, Paris), até porque de acordo com Ferreira a realidade brasileira era outra⁵

tendo-se em vista não apenas a situação de precariedade, degeneração e ausência de ações protecionistas que caracterizam o patrimônio, genericamente falando-se, no grande cenário nacional, mas também os critérios que norteiam a escolha de bens considerados monumentais (FERREIRA, 2006, p. 81).

Para Couceiro e Barbosa (2008) ainda são bastante recentes as discussões e considerações acerca de patrimônio, pois na maior parte das vezes, quando falamos de patrimônio histórico e artístico logo vem em mente inúmeros edifícios, prédios, igrejas, monumentos, estátuas, casarões, praças, museus, etc, sem considerar o patrimônio imaterial como as “danças, manifestações, aspectos ligados à culinária, ofícios e diversos costumes de comunidades específicas” (COUCEIRO; BARBOSA, 2008, p.152) e acrescento, inclusive, o esquecimento ou a não consideração da temática das festas, foco de nosso presente trabalho, além da oralidade, cânticos, ritos, etc.

Ferreira (2006) verificando Gonçalves (2003) compreendeu patrimônio como “categoria de pensamento” definindo o termo como aquele que detém o papel de

⁵ Existem muitos fatores dentro dessa discussão, pois até hoje o Brasil encontra adversidades no tocante a preservação patrimonial.

proteger, resguardar, conservar etc o passado no futuro e “se impõe como um lugar de resistência ao desencantamento do mundo, tal como afirma Le Goff” (Ferreira, 2006, p. 80). No entanto para que isso suceda é necessário que o patrimônio seja reconhecido e que o mesmo tenha valor através do meio social e dos símbolos que rodeiam o objeto ou o evento.

Portanto, para Ferreira as “noções de tempo e identidade operam em conjunto para o reconhecimento de algo como patrimônio” (2006, p. 80). Para o autor não basta ao patrimônio apenas conservar e reter o passado, mas ele (o patrimônio) “exige” a reconstrução desse passado e a conservação do mesmo, surgindo, portanto, um apelo à ressignificação do presente ao futuro.

Para Soares; Minuzzi; Maciel (2011), para Couceiro; Barbosa (2008, p.156) “os indivíduos se tornam também um patrimônio”. Ou seja, o patrimônio, nessa perspectiva, somos nós mesmos (os indivíduos) e ao atingirmos a compreensão e o reconhecimento desse fato, podemos perceber e, assim, partir para os patrimônios oficiais da cidade.

Couceiro e Barbosa (2008) destacam também que “a noção de cultura intangível permite considerar que não são os objetos os elementos mais importantes da cadeia do patrimônio, mas o processo envolvido na sua produção [...] à teia de significados e tradições envolvidas no seu preparo” (p.156) e compreendem que “os bens intangíveis se referem a todas as práticas culturais que se constituem como marcos identitários de quaisquer indivíduos e/ou grupos sociais”.

Assim, o patrimônio carrega consigo o tempo e as vivências que são vivenciadas durante o tempo. Em vista disso, o tempo e a vivência vão rememorar a memória resultando na construção de identidades e significados do indivíduo, cidadão ou patrimônio.

Portanto, podemos afirmar que o patrimônio é um lugar de construção e de formação de identidades e não apenas constituído por elementos tangíveis que são constituídos ou assimilados como “pedra e cal”, pois este concede suporte e sentido aos objetos intangíveis e imateriais. Ou seja, o tangível permite mediante o objeto (material) dar sentido e direcionar um ou até mesmo numerosos caminhos ao sentido (imaterial) que pode ou poderá ser atribuído ao intangível para compreender as representações, sentidos, discursos, objetivos e intenções.

Ao certificarmos isso podemos assimilar que a festa faz parte da memória local, desse modo, em nosso trabalho a festa é entendida como patrimônio cultural

imaterial da cidade de Gurjão- PB, sendo necessário compreender e entender qual a importância desse patrimônio para a cidade.

Dito isso, o patrimônio cultural apresenta aos sujeitos importância hereditária elevando a valorosidade e busca por preservação por trazer e rememorar os bens materiais, bens imateriais; as ações, os eventos e episódios etc. John (2012, p. 324) afirmou:

ao passarem seus bens memoriais e identitários como legado a outra geração, as pessoas podem manter-se como uma representação do que as caracterizam, mantendo aberto um canal de comunicação entre elas. Neste sentido se justificaria a necessidade de sua preservação.

Ainda com relação à importância de preservar o patrimônio e a memória herdada, John observa em Diehl (2002, p.118) que a memória ao longo dos anos vai perdendo sua força e se permite aos indivíduos a queda ao esquecimento por alguns ou até mesmo pela grande maioria destes. Para isso, sucessivamente, a solução é trazer constantemente para a memória o refrescamento da mesma, seja na escrita, na narrativa ou no monumento se transfigurando em Patrimônio Histórico Cultural.

No entanto é fundamental a atenção àquilo que é lembrado e rememorado nos monumentos, pois cabe destacar que os interesses de poder estão inseridos nas mais variadas práticas de discurso e no cotidiano do indivíduo e do grupo, inclusive nos patrimônios que dialogam conosco de maneira direta ou indireta. Cabe ao grupo, ao indivíduo (principalmente ao historiador) e à sociedade o papel de escavar o passado, perceber o discurso, os meios e os objetivos do discurso que estão em oculto no monumento.

Dessa maneira, não diferente das relações sociais das festas e seus jogos de poder atrelados à teia discursiva e nas entrelinhas da História, os patrimônios guardam discursos e memórias daquilo que objetivam rememorar e romper com a “corrosão temporal” (DIEHL, 2002). Por isso é importante promover a nossa percepção crítica e indagar o que pretende e o que busca aquele monumento, evento e patrimônio.

3 A FESTA DO BODE NA RUA NO CONTEXTO DE GURJÃO-PB: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E CULTURAL

Neste tópico trouxemos uma breve contextualização sobre a história da cidade de Gurjão-PB, apresentando a história da Festa do Bode na Rua, realizando um diálogo com relação às suas mudanças e permanências enquanto patrimônio histórico imaterial e sua memória coletiva e individual. Apontamos a importância da festa na aprendizagem e no ensino de História.

3.1 Breve histórico da cidade de Gurjão- PB e da festa

O município de Gurjão faz divisa com os municípios de Santo André, Boa Vista, Soledade, Juazeirinho, São João do Cariri e Parari e se localiza na região do cariri paraibano, com área territorial de 335.45 km (IBGE, 2010). Gurjão, assim como muitos outros municípios, não era independente, integrava o município de São João do Cariri.

Até 1890 Gurjão pertencia a um povoado pequeno do Coronel Antônio José de Gurjão, sendo intitulado Distrito Timbaúba de Gurjão, mas logo depois foi denominada apenas de Timbaúba, pelo Decreto-Lei estadual nº 10101, de 30/03/1938. Em seguida foi finalmente intitulada Gurjão, ainda como distrito através do Decreto-Lei estadual nº 520, de 31/12/1943 (BORGES, 2018). A partir da Lei estadual de 02/01/1962 de número 2747, Gurjão foi desmembrada de São João do Cariri, mas ainda assim estava ligada à Santo André, o que resultava na constituição em dois distritos (SIMÕES, 2020).

O nome “Gurjão” surgiu em função do Coronel Antônio José de Gurjão. Gurjão foi colonizada e esse processo teve início no ano de 1669 através de uma doação de sesmaria.

Os dois distritos/municípios⁶, nos anos de 1856 e 1862, foram assolados por um surto de cólera, o que era comum à época. Com isso, os dois municípios partiram para um mesmo intuito: exercer uma promessa ao santo “Santo André” e ao santo “São Sebastião” com o propósito de suprimir o mal causado pela cólera.

⁶ Gurjão e Santo André.

Por causa disso Gurjão⁷ adotaria o santo São Sebastião como padroeiro, sendo devoto ao mesmo e construiria uma capela em sua homenagem. Em 1862 a promessa foi paga e foi construída a capela conhecida como “A Catedral do Cariri,” por intermédio dos moradores gurjãoense⁸.

Existe ainda hoje um importante detalhe na Paróquia de São Sebastião: até hoje o seu altar original é mantido, o que faz disso um raro aspecto, pois ela é uma das poucas igrejas que mantém o seu altar original com a imagem do Santo São Sebastião (SIMÕES, 2020). Podemos verificar na figura 1:

Figura 1: Altar original Paróquia São Sebastião com a imagem do Santo São Sebastião



Fonte: Acervo de Clara, 12 Abr. 2021.

Na imagem a seguir vemos o exterior da igreja no período festivo, à sua frente, um letreiro temático da festa e ao seu lado direito é localizada a exposição artesanal de alimentos e produtos derivados do bode e da cabra. Por fim, podemos perceber também, através dessa mesma imagem, a relação entre o universo do sagrado e o universo do profano.

⁷ Santo André, assim como Gurjão, tomaria o santo padroeiro para devoção do município. Como podemos perceber, o município de Santo André herdou o nome do seu devoto.

⁸ Termo atribuído aos que nasceram e/ou são moradores do município de Gurjão. Existe também o uso do seguinte termo por parte de alguns: “gurjanense”.

Figura 2: Paróquia São Sebastião



Fonte: Acervo de Jonathan, 30 jul. 2022.

Anualmente, em 20 de janeiro, é celebrada uma missa e realizada uma procissão religiosa rememorando o êxito do passado, além de cumprir a promessa realizada ao São Sebastião, garantindo, assim, a memória de um povo e de uma época. Todavia, paralelamente ao movimento religioso, é celebrada a festa na rua. Nela a cultura local é expressa através da comemoração, das comidas típicas e das memórias individuais e coletivas.

Gurjão, por se localizar na região do semiárido do Estado da Paraíba (região mais seca), percebeu a possibilidade de gerar e elevar sua economia através do artesanato, da agropecuária e principalmente na caprinocultura⁹. Em função disso, foi formulada a Festa do Bode na Rua” que traz consigo todos os elementos já citados, e outros. Esta vivenciou, no final do século XX, em 1999 a sua primeira edição¹⁰.

⁹ Caprinocultura se trata da criação de caprino, ou seja, estudo e criação de cabras e bodes.

¹⁰ A Festa do Bode na Rua permanece ainda hoje em praça pública durante um período de três dias, no mês de julho.

Para o ano de 2023, o prefeito em exercício do município, Zé Elias, informou que o evento contará com oito dias de festa, a fim de promover a melhora do comércio local, além da valorização da caprinocultura e elevar o evento a nível nacional.

Figura 3: Prefeito Zé Elias confirma 8 dias de festa em 2023



Fonte: fala_paraiba_, 1 ago. 2022.

No ano de 2020, devido ao vírus catastrófico mundial COVID-19, também chamado de coronavírus, a festa do Bode na Rua, que ocorre em praça pública, foi suspensa em respeito aos decretos estaduais e municipais, que no momento se fazia uma medida cabível para assegurar o bem estar, a saúde e a segurança da população. Todavia os responsáveis pela festividade optaram pela realização de transmissões *online*, através da rede social da Prefeitura *Facebook*¹¹.

No ano seguinte (2021), a Prefeitura Municipal seguiu as medidas que vinham sendo adotadas, porém a festividade que até então contava com shows nas plataformas digitais, foi interrompida. A medida foi tomada em função do

¹¹ <https://www.facebook.com/prefeituradegurjaopb>

investimento que era exigido para contratar as atrações, mas que não resultava em retorno financeiro para a cidade como um todo.

É difícil e improvável imaginar um festejo cultural que anualmente ocorre em praça pública desde o seu nascimento não contar com a presença do público, da exposição do artesanato, dos caprinos, ovinos, pratos típicos dentre outros.

Já no ano de 2022 o cenário foi aos poucos sendo retomado e o evento ocorreu novamente de modo presencial em praça pública, pois o vírus do COVID-19 não estava tão presente no cotidiano (e quando esteve não operava com tamanha força quanto nos anos anteriores) devido às vacinas e aos cuidados dos partícipes.

Figura 4: Exposição de caprino em praça pública



Fonte: Acervo de Jonathan, 30 jul. 2022.

Na próxima figura temos a representação dos “donos da festa”, visto que eles são os elementos que dão originalidade ao nome e significado do evento festivo.

Figura 5: “Os donos” da festa



Fonte: Acervo de Jonathan, 30 jul. 2022.

Com relação à primeira edição da festividade do Bode na Rua em Gurjão, alguns relatam uma discussão política acerca da festa na qual um partido político alega que a festa teve seu início no ano de 1999. Por outro lado, um segundo partido nega a formação a partir da data apresentada pelo primeiro partido, afirmando que a festividade foi criada no ano seguinte, ou seja, ano 2000, portanto negando a possível realização do ano anterior.

Figura 6: Primeira Edição do Bode na Rua - Ano de 1999

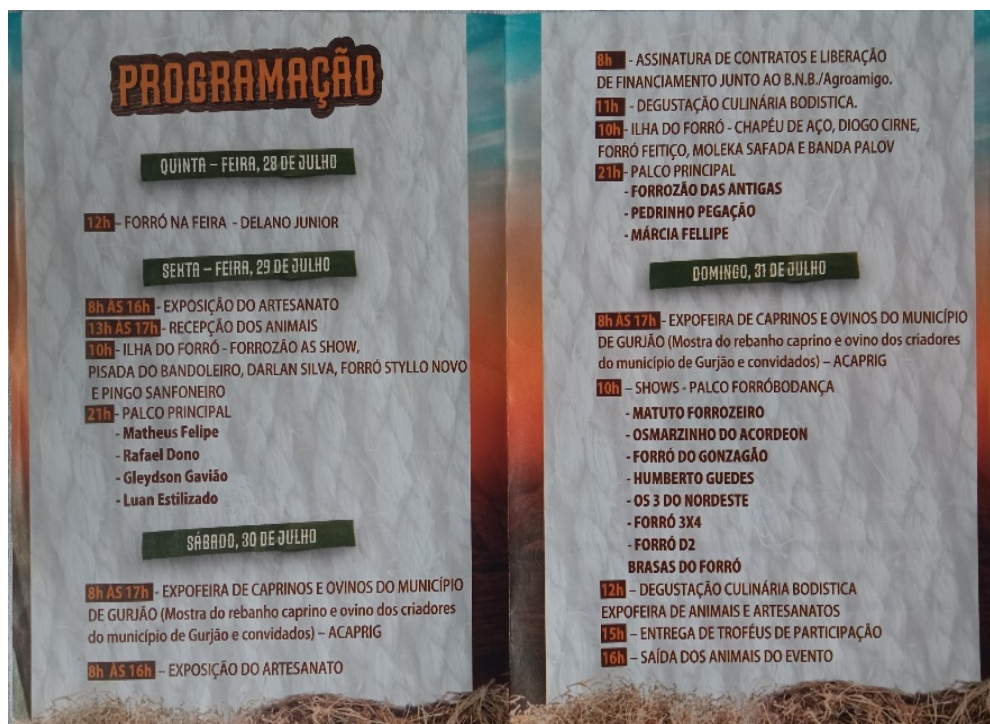


Fonte: Museu Fotográfico Virtual de Gurjão – Solange Soares, 20 jul. 2019.

A Festa do Bode na Rua, além de trazer à região a elevação de seu aspecto econômico em relação à exposição da feira no que tange à venda dos caprinos, à feira de artesanato, ao consumo de comidas típicas nos restaurantes e barracas etc, propicia também a possibilidade de alimentar a memória, tanto individual quanto coletiva, levantando os costumes, as tradições, os patrimônios, a sociabilidade, a cultura, a política, a aproximação de distintos grupos sociais e étnicos, entre outras características.

Por fim, a Festa do Bode na Rua, na edição 2022, contou com a participação de bandas conhecidas em nível nacional e regional como Luan Estilizado, Os 3 do Nordeste, Márcia Fellipe, Forró das Antigas, etc.

Figura 7: Cartaz programação Bode Na Rua 21° edição



Fonte: Prefeitura municipal de Gurjão, 30 jul. 2022.

Durante o período diurno a festa contou principalmente com a participação de bandas locais, reforçando a cultura regional e demonstrando a importância da permanência e o reconhecimento do trabalho de artistas da região que permitem a movimentação da festa, fazendo com que a mesma ocorra constante durante toda a programação datada. Além disso, observamos que o comércio não é interrompido, pelo contrário, a movimentação se faz vigente, sem trégua, durante todo esse período, em bares, restaurantes, lanchonetes, mercados ou através de vendedores ambulantes.

Ao fundo da imagem a apresentação de uma banda local no palco dois, ou seja, não se trata do palco principal da festa, visto que atrações são espalhadas pela cidade em pontos estratégicos. Em seguida, em primeiro plano vemos vendedores ambulantes buscando incrementar sua renda durante o período da festa anual.

Figura 8: Palco dois com uma banda local e comércio local



Fonte: Acervo de Jonathan, 30 jul. 2022.

Com relação à imagem a seguir, percebemos a movimentação de turistas em observância ao palco dois, além do movimento nas barracas que permeiam os artistas locais. E, no fundo da imagem, encontramos a Paróquia São Sebastião. Podemos perceber e confirmar que toda a estrutura da festa é organizada e pensada estrategicamente, a fim de garantir a qualidade e satisfação dos participantes, sejam eles munícipes ou turistas.

Figura 9: Turistas, barracas palco dois e Paróquia São Sebastião ao fundo



Fonte: Acervo de Jonathan, 30 jul. 2022.

Durante o período noturno, a festa ocorre basicamente em função do palco principal, que se localiza um pouco depois do palco dois, uma vez que este comporta bandas musicais com relevância regional/nacional e comporta um maior número de participantes. Vale destacar que no período diurno o palco principal fica inativo e não existe fluxo próximo à sua localização.

Figura 10: Palco principal e fluxo em período diurno



Fonte: Acervo de Jonathan, 30 jul. 2022.

Na imagem aproximada podemos perceber a estrutura reforçada do palco principal.

Figura 11: Imagem aproximada do palco principal e sua estrutura



Fonte: Acervo de Jonathan, 30 jul. 2022.

Em contraste, percebemos a modificação do cenário do palco com relação ao período diurno ao noturno. Temos uma representação de banda musical a nível regional e uma grande movimentação em comparação ao período diurno com relação ao número de participantes em prestígio ao show e comércio local ao tange barracas, bares, restaurantes e vendedores ambulantes.

Figura 12: Forrozão das Antigas no período noturno da Festa do Bode na Rua



Fonte: Acervo de Jonathan, 30 jul. 2022.

3.2 A festa do bode na rua e o ensino de História: abordagem para a sala de aula

Advogamos a ideia de que a disciplina escolar História, propicia a formação do sujeito crítico, contribuindo para a própria cidadania, pois a História ajuda a pensar os diferentes ângulos do passado, do presente e até mesmo da expectativa de um futuro. Deste modo, o ensino de história local permite que os sujeitos investiguem sua própria história, mantendo relação com os conteúdos e com o conhecimento que estão investigando. Barros acrescenta sobre o ensino de história local:

O ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes, o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais (BARROS, 2013, p.12).

O docente, ao adotar uma prática educativa que se articula ao contexto social do aluno, estará harmonizando a teoria com a realidade que o aluno experimenta durante e após a temporalidade que ele atravessa dentro da escola. Então, os patrimônios materiais e imateriais são importantes elementos para o ensino de História, principalmente de história local.

Dessa maneira, as festividades encontram-se estabelecidas na história do cotidiano da humanidade, seja qual for a etnia, classe e período histórico, porquanto a História não é - ou pelo menos não deveria ser - centrada apenas nos “grandes” feitos ou nos “grandes” homens. Barros alerta que:

a trama da História não é o resultado apenas da ação de figuras de destaque consagradas pelos interesses explicativos de grupos, mas sim a construção consciente e/ou inconsciente, paulatina e imperceptível de todos os agentes sociais, individuais ou coletivos. (BARROS, 2013, p.8).

Bosi (1994) afirmou que a festa carrega consigo a capacidade de conservar as tradições e os costumes de um povo sobre seu espaço de vivência. Portanto, entendemos a importância de analisar a Festa do Bode na Rua em relação ao ensino de História/história local, pois a(s) festa(as) representa(m) uma grande importância na construção do saber histórico escolar, se tornando um elemento essencial para a construção do saber histórico.

A festividade do Bode na Rua é um projeto cultural que reproduz a história local do povo. A festa é considerada o maior evento do município e um dos maiores da região e está integrada ao calendário cultural do município, tal como à memória social e individual dos pertencentes ou até mesmo daqueles que não coabitam na mesma.

Assim, a abordagem acerca de história local da sua cidade bem como suas tessituras permite ao alunado refletir sobre sua identificação com o lugar e o espaço pesquisado, passando a desenvolver uma identidade com o mesmo, a partir das vivências humanas, bem como das experiências, sendo estas históricas, culturais e políticas.

O antropólogo Pessoa (2005) associou as festas ao exagero, mostrando que existe a distinção exacerbada da festa com a rotina diária do indivíduo. Desse modo, o autor levanta, em suas análises, as festas populares do estado de Goiás, no qual faz menção aos rituais, comidas, crenças, teias sociais e até mesmos aos mitos das festividades. (GLEYDE, 2009, p.28) Para o autor

A festa não é só uma ocasião de descanso: é um momento de aprendizado, de reconstituição ou fortalecimento de laços sociais, enfim, sem festa o ano demora muito a passar. Tanto é verdade que quando chega a festa procuramos exorcizar o cotidiano cansativo, entediante. Se ao longo do ano nos alimentamos comedidamente, na festa permitimo-nos um pequeno exagero; se no restante do ano o gasto do dinheiro é regrado, na festa se tira ou pelo menos se afrouxa um pouco a tranca do bolso. Numa festa não tem essa de “escorpião dentro do bolso” (PESSOA, 2005, p. 32).

Para articular o ensino de História com a temática de festas na construção do saber histórico escolar torna-se necessário, inicialmente, discutir como docentes e discentes compreendem a importância do ensino de História com relação à história local, como a história do seu lugar tem importância na vida do educando e, por sua vez, faz parte do trabalho docente no cotidiano escolar no percurso do ano letivo escolar.

O trabalho com história local e o seu ensino nas aulas de História, tem como característica e objetivo a busca por demonstrar o pertencimento de um indivíduo ao grupo social a partir do lugar de pertencimento, tanto do ponto de vista do viver, como da memória e das histórias de vida que compõem as histórias do lugar. Estes são lugares de memória nos quais ele está inserido. Estas informações inclusive levam ao reconhecimento de sua identidade social, cultural, política, religiosa.

Vários historiadores perceberam que o cotidiano não era apenas o lugar das pessoas comuns, mas também poderia ser considerado lugar de resistência e mudanças, exercendo papel central no acontecer histórico. O cotidiano estabelece articulações com as grandes estruturas de poder, políticas e econômicas. Seu estudo possibilita que as tensões e lutas do dia a dia possam emergir, dando voz a atores tradicionalmente excluídos e marginalizados, o que permitiria uma maior compreensão das estruturas sociais e suas transformações (BARROS, 2013, p.11).

[...] A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência - escola, casa, comunidade, trabalho e lazer igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (BITTENCOURT, 2009, p.168).

No contexto do ensino de História e sua relação em sala a partir do cotidiano escolar, a memória se torna a pedra de toque para discussões que visem elencar o ensino de história local e o patrimônio. A memória produz nossa identidade como indivíduo e como grupo. Não obstante, Halbwachs (1990), em sua concepção afirmou que a memória se apoia nas lembranças dos outros que vivenciaram as mesmas lembranças e estes nos ajudam a relembrar aquilo que nos formou enquanto participante de grupos e ideias.

Vale mencionar que a memória em grupo não concretiza a recordação, embora essa nos traga provas, pois, como já visto em Pollak (1992) a memória é seletiva e nem tudo fica gravado. Além de tudo as lembranças e os momentos que permitiram a memória para alguns não apresentam tamanha importância e podem ser desprezadas (talvez por não apresentarem importância para sua formação de

identidade ou anunciar um não interesse e relevância nos acontecidos), enquanto para outros, por terem se engajado e feito parte de um grupo menor, ou seja, mais específico, relembram a memória e, por vezes, as tornam imprescindíveis.

Formar pessoas na escola a partir do trabalho com a festa do Bode na Rua de Gurjão torna o ensino de História próximo da realidade dos alunos e colabora na formação de sua cidadania a partir do elo com o local. Barros (2013) chamou atenção para o fato de que:

Dentro dessa perspectiva, o ensino de História tende a desempenhar um papel mais relevante na formação da cidadania, envolvendo a reflexão sobre a atuação do indivíduo em suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades e sua participação no coletivo (BARROS, 2013, p.12).

Compreendemos que o ensino de história local é fundamental nas experiências educacionais dos educandos. Neste sentido concordamos com Barros quando o mesmo enfatizou que “A questão da memória impõe-se por ser base da identidade, e é pela memória que se chega à história local” (BARROS, 2013, p.15). Trabalhar a partir da discussão da história local na escola, as festividades que fazem parte da história do lugar, possibilita a construção da identidade de pertencimento e o trato com a memória e isso reverbera na valorização do patrimônio.

A história local no ensino [...] deve ser escrita a partir das novas fontes: a identificação das edificações antigas, do traçado das ruas, da memória dos mais antigos, das mudanças do cotidiano urbano que só podem ser observadas pelos olhares mais atentos ou orientados (BARROS, 2013, p.19).

Deste modo, a temática das festas, como a do Bode na Rua, envolve um amplo campo de estudos e pesquisas na sala de aula, tanto um trabalho coletivo como individual, além do sentimento de pertencimento, assim como a noção de identidade e memória coletiva e/ou individual.

Nas aulas de História podemos chamar a atenção do aluno para a observância com relação à culinária local, servida nas barracas ambulantes, restaurantes, feira, exposição, bares, quiosques, lanchonetes, nas casas ou a redor de uma mesa em praça pública, com o objetivo de demonstrar didaticamente que as conversas, às vezes paralelas, proporcionam aos integrantes o afeto, o carinho, a amizade e, principalmente, trazem as velhas lembranças, além de formar novas memórias.

Na figura abaixo podemos perceber a observância, o ensino e o aprendizado sobre a cultura local e a identidade de um povo através da fabricação, venda e

exposição da culinária local. Enxergamos também que a troca de culturas e a sociabilidade estão presentes na imagem.

Figura 13: Gastronomia e culinária temática regional (“bodista”)



Fonte: Acervo de Jonathan, 30 jul. 2022.

Os autores Cruz; Menezes e Pinto (2008) foram felizes ao perceberem em Da Matta (1988) que “a comida também nos identifica e está presente onde há festas, comemorações, celebrações e rituais” (CRUZ; MENEZES; PINTO, 2008, p.23), portanto compreendemos que a comida material, assim como a culinária imaterial propõem uma noção de identidade e pertencimento.

Na imagem seguinte podemos ver pessoas reunidas em praça pública ao redor de mesas de bares e restaurantes, como diz o ditado popular “jogando conversa fora”. Assim sendo, a festa do Bode na Rua, junto com a comida e com todo o contexto citado no parágrafo anterior nos mostra que laços podem ser compartilhados e que ideologias políticas ou quaisquer outros tipos de controvérsias podem ser esquecidas momentaneamente.

Figura 14: Gastronomia cultural local comercial



Fonte: Acervo de Jonathan, 30 jul. 2022.

Portanto, somando comida, festa e ensino de História, percebemos e poderemos transmitir aos nossos alunos não apenas o sabor e degustação da carne do bode assada na brasa ou o queijo caprino, mas principalmente apontar os aspectos que mostram com ênfase a cultura local do povo que muitas vezes passam despercebidos, além de realçar seus costumes e seus ritos e exteriorizar a identificação e o reconhecimento de pertencimento cultural.

Com relação à feira de artesanato, podemos analisar, junto com nossos educandos, que o artesanato além de contribuir com a economia local e regional proporciona aos participantes da festa (sejam eles visitantes locais, turistas ou comerciantes) a demonstração da tradição cultural que, em sua grande maioria, permaneceu por anos ou talvez até por décadas dentro de uma família. São apresentados objetos e símbolos que representam, para os executores, a lembrança e a memória transmitida de geração a geração, rememorando a prática e a companhia daqueles que estavam ou estiveram ao seu lado durante a fabricação.

Figura 15: Artesanato local



Fonte: Acervo de Jonathan, 30 jul. 2022.

Por trás de todo o trajeto artesanal muitas vezes existe uma maior e grande significância de valor pessoal em detrimento ao valor financeiro. Suas lembranças (daqueles que projetam) são vendidas, ou seja, ao propor o objeto artesanal, há que se refletir que foi depositada, em sua fabricação, a prática que seus pais ou os seus avós ensinaram, momentos foram compartilhados e vivenciados. É possível sim mostrar isso aos nossos alunos. O professor será o responsável por levantar essa mediação com sua proposta didática, seja em uma visita de campo, em entrevista, pesquisa ou em conversas.

O ensino de História e a prática educativa não são condicionados apenas aos muros da escola. Pelo contrário, a educação escolar é capaz de transcender além dos muros da escola e ela não se resume à pedagogia de cunho tradicional. Nessa perspectiva, mobilizar a percepção dos alunos em relação ao passado, buscando analisar este a partir de um tempo imediato e familiar, é compreender as possibilidades de narrativas, a identificação dos objetos, saberes e rituais próprios do lugar, bem como a percepção e caracterização de suas respectivas funções e os significados disto tudo para a educação.

Desperta-se, assim, nos alunos a curiosidade e o desejo de conhecer sua localidade, desenvolvendo neles o sentimento de pertencimento, assim, ao pensar no ensino por intermédio da festa e, conseqüentemente, nos patrimônios materiais e imateriais, podemos assegurar que a formação educativa se situa também nas vivências sociais. Portanto não se aprende História apenas no espaço escolar.

Não se aprende História apenas no espaço escolar. As crianças e jovens têm acesso a inúmeras informações, imagens e explicações no convívio social e familiar, nos festejos de caráter local, regional, nacional e mundial (BRASIL, 1998, p.37).

Partiremos agora para uma abordagem do patrimônio imaterial e material que compõe a Festa do Bode na Rua em Gurjão- PB sobre a perspectiva voltada à abordagem em sala de aula de História no ensino/aprendizagem de história local. Desse modo o professor de História, em um primeiro momento, precisa compreender que “O patrimônio não vem dado. Não pode ser visto de forma naturalizada. É um processo inacabado de construção e reconstrução e interliga-se à memória e ao protagonismo dos sujeitos que interagem com esse patrimônio” (MARQUES, 2021, p.4).

As discussões arquitetadas através dos elementos que formatizam a história local consistem em levar o aluno a produzir conhecimento acerca de sua localidade e do seu contexto social, cultural, político etc. Então, o conhecimento obtido a partir do patrimônio histórico cultural da cidade de Gurjão- PB, ou seja, dos elementos que formatizam a festividade do Bode na Rua, contribui com os estudantes - sejam eles das instituições privadas ou públicas - e municipais, pois é através dessa prática que os mesmos são possibilitados a conhecer e reconhecer sua demasiada importância como sujeito histórico da cidade no qual residem, além de conhecer os patrimônios que os cercam e sua devida importância para sua formação enquanto cidadãos e para a formação da sociedade como um todo.

Como aspecto prático, podemos utilizar a Festa do Bode na Rua. Nesse momento, quando me refiro à festa, quero esclarecer que se trata de dialogar com a prática festiva propriamente dita, ou seja, “excluir”, ou melhor, não propor os monumentos de pedra e cal, tais como os aspectos propostos pelo artesanato e a culinária local. Desse modo, podemos problematizar com o nosso alunado o conceito de festa, seja em uma aula, palestra ou projeto, mostrando como se formou esse conceito ao longo da História, além dos conceitos de memória e de patrimônio.

Posto isso, apresentados os conceitos teóricos e, por conseguinte, ao perceber que o primeiro objetivo foi alcançado, ou seja, os discentes entenderam que o patrimônio não se ocupa apenas dos patrimônios materiais, mas também dos imateriais, o mediador será capaz de trazer para sala de aula fotografias da festividade do bode, a fim de averiguar, analisar e até mesmo comparar o tempo passado em consonância com o tempo presente, uma vez que é permitido por meio das imagens, que não deixa de ser uma linguagem, perceber aspectos com relação à cultura local e política, seja a partir de suas vestimentas, comidas típicas, bandas musicais ou artesanatos.

É considerável lembrar que muitas fotografias estão postadas em redes sociais do município como o *Facebook*, *posts* no *Instagram*, além de vídeos e *blog* temporal como o Museu Fotográfico Virtual de Gurjão, no qual o professor pode intermediar a pesquisa, cuja finalidade é estimular o aluno ao ofício do historiador, além de despertar o interesse pela História e, conseqüentemente, ativar ou avivar o fascínio pela história local, bem como acender seu espírito de pertencimento local, cultural, regional, no qual ele possa se sentir e entender que ele é participante e protagonista da História e não apenas aqueles que são considerados “os grandes” e “os mais importantes” da História.

Vale acentuar que Ferreira e Silveira (2020) perceberam em Erinaldo Cavalcanti (2018) que “o ensino de história local não se limita a uma narrativa de fatos isolados em um determinado lugar. Esta categoria apresenta temas globais, porém, trabalhados num recorte espacial mais aproximado do local de vivência dos estudantes” (FERREIRA; SILVEIRA, 2020, p.4). Dessa forma compreendemos que o ensino de História, assim como o ensino de história local, tal qual a história da festa vinculada ao ensino e às observações à mesma, não se limitam a fatos isolados e engessados de memórias, experiências, culturas e demarcações isoladas e do local ou de uma época. Porém, não deixa de ser importante demarcar e traçar o período e o recorte temporal proposto para nortear o alunado quanto à época investigada.

No tocante à festividade e seus dotes culinários, assim como o artesanato local, é possível levar os alunos à aula de campo no período diurno ¹², demonstrando que é possível o ensino fora do espaço da escola, ou seja, é possível

¹² Apesar de a festividade ocorrer em período diurno e noturno, a exposição de artesanato ocorre durante o período diurno, assim como a exposição de alimentos derivados da caprinovinocultura. Vale ressaltar que os bares, restaurantes, vendedores ambulantes e as barracas funcionam durante o período noturno, no entanto as exposições alimentícias e artesanais funcionam durante o dia.

aprender História/história local além dos muros da escola por meio do cotidiano que os cerca. Esse resultado será alcançado na medida em que o professor prescreva a prática educativa orientando, por exemplo, seus discentes em práticas e moldes de questionário e entrevista. Por intermédio da direção docente os alunos estarão coletando depoimentos sobre a memória e práticas culturais dos participantes da exposição culinária assim como o percurso do mesmo. Será possível discutir posteriormente, em sala de aula a “desconstrução” do objeto para entender a trajetória e os motivos que levaram os artistas até sua prática cultural, costumes e tradição.

A aprendizagem histórica escolar não se limita apenas ao ambiente da escola, mas também a toda comunidade, desde os alunos até seus parentes e familiares. Assim, é possível realizar oficinas e palestras com relação à festa do Bode na Rua, por se tratar de um evento sociocultural com objetos que permeiam o cotidiano do cidadão gurjanense. Para isso é fundamental que a palestra seja organizada através do roteiro elaborado, de modo que o conteúdo programado aborde os principais eventos da cidade, sendo eles a música local, as comidas típicas e o artesanato. A participação dos pais pode ser inclusa, visto que muitos trabalham diretamente ou indiretamente com a caprinovinocultura.

Em um segundo momento, os alunos vão ter espaço para narrar suas experiências no evento festivo e relatar como essa festividade influencia a vida do mesmo e a vida “do outro”; entender as diferenças e semelhanças contidas até mesmo dentro de uma cultura local, seja no tempo presente ou no passado, além de correlacionar o contexto histórico local com os conceitos teóricos de memória individual, coletiva, bem como de patrimônio histórico cultural material e imaterial. Deste modo atingiremos a descrição da BNCC (2018):

No Ensino Fundamental, a BNCC se concentra nos processos de tomada de consciência do Eu, do Outro e do Nós, das diferenças em relação ao Outro e das diversas formas de organização da família e da sociedade em diferentes espaços e épocas históricas. Para tanto, prevê que os estudantes explorem conhecimentos próprios [...] da História: temporalidade, espacialidade, ambiente e diversidade (de raça, religião, tradições étnicas etc.), [...] (BNCC, 2018, p. 561).

Deste modo, propor educar contemplando as vivências e as experiências da festa Bode da Rua de Gurjão, além de incentivar o reconhecimento de que os seres humanos deixam suas marcas ao longo da História, constrói e reconstrói memórias,

podemos evidenciar nos alunos os sentimentos que estes nutrem por aquele patrimônio que historicamente tem suma importância para a sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a memória e o patrimônio imaterial de Gurjão como algo educativo é um importante caminho para educar a partir do ensino de história local e da educação patrimonial. Através dessa prática, a consciência da população local em relação ao conhecimento da história do município e da cultura que os cerca é construída, e o sentimento de pertencimento é estimulado. Portanto, a escola junto com o ensino de História, proporciona e muito contribui para o entendimento e importância desses aspectos, pois os munícipes são incluídos na História e transformados em personagens da História.

Dessa forma, o ensino de história local e o ensino dirigido entre o docente e a escola promovem e transportam situações cotidianas da festividade, permitindo a participação da comunidade e a aplicação de sua memória, colaborando com o entendimento sobre a importância de conhecer, identificar e reconhecer-se como patrimônio cultural.

Assim, este estudo possibilitou perceber que os assuntos de memória e patrimônio imaterial são essenciais para a formação do alunado, tais como para a construção do currículo escolar, além de ajudarem os alunos a entenderem a relevância do evento, para que os mesmos preservem a cultura local. Para isso, o docente ao guiar o discente, revelará o protagonismo do alunado e de todos aqueles que participam do evento para a construção da sua própria história.

Posto isso, esta discussão é pertinente ao campo escolar e acadêmico, pois trabalhamos com discussões relacionadas ao ensino de História, história local, memória, patrimônio material e imaterial, além do conceito de festas. Desse modo, buscamos compreender a memória coletiva e individual dos cidadãos com relação à festividade e cultura local, além de mostrar a importância da festa e do sentimento de pertencimento.

Por fim, ressaltamos que o campo da festividade é um lugar de possibilidades. Ainda mais, é um campo propício a experiências educativas. Quando conciliado sala de aula e ensino de História, o estudo desempenha importante papel ao passo que abarca o sentimento de pertencimento e de sujeito histórico aos partícipes da festa, além de estabelecer vínculos culturais com múltiplas gerações,

compreendendo a história da cidade e a importância do evento, da memória coletiva/individual e do patrimônio material/imaterial.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. **Patrimônio e Memória**, UNESP, v. 7, n. 1, p. 134-150, 2011.

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. **Festa à Brasileira: Significados do festejar, no país que não é sério**. 1998, Tese de Doutorado (Departamento de Antropologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. 380 p.

BARROS, Carlos Henrique Farias de. **Ensino de história, memória e história local**, Universidade Salgado de Oliveira, p. 1-23, 10 abr. 2013.

BORGES, Rayssa Eutália Gurjão Coutinho. **Representações, sensibilidades e sociabilidades na cidade de Gurjão (1960-1975)**. 2018. Monografia (História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018. 34 p.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987. 399 p. v. 1. ISBN 83-85008-66-0.

BOOK. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (15 min). Publicado pelo canal **Chef Ronaldo Menezes**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UETzI4qAx70>. Acesso em: 28 Jun. 2011.

BRASIL, BNCC. **Base Nacional Comum Curricular**. 17Cf. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental>. Acesso em: 09 Nov. 2022.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**, disponível em: [/www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_215_.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_215_.asp). Acesso em: 05 Nov. 2022.

CASTRO, JRB. **Concepções de festa, os sentidos do festejar e as dimensões socioeconômicas, culturais e lúdicas das festas juninas**. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 39-84. ISBN 978-85-232-1172-1. Available from SciELO Books.

CARIRI, VELHO, Disponível em: <https://cariri-velho.blogspot.com/2015/07/gurjao-promove-festa-bode-na-rua-veja.html>. Gurjão, 24 Jun. 2015. Acesso em: 12 Jun. 2022.

COUCEIRO, Sylvia; BARBOSA, Cibele. Patrimônio Imaterial: Debates contemporâneos. **Cadernos de estudos sociais**, Recife, v. 24, n. 2, p. 151-160, 2008.

CRUZ, Mércia Socorro Ribeiro; MENEZES, Juliana Santos; PINTO, Odilon. Festas Culturais: Tradição, Comidas e Celebrações. **I Encontro Baiano de Cultura**, Salvador, Bahia, p. 1-36, 11 dez. 2008.

FERREIRA, Víviam; SILVEIRA, Samia. A bncc e o ensino de história local: relações possíveis. **Anais. XIX ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO**, 2020, Rio de Janeiro [S. l.: s. n.], 2020. História do futuro: Ensino, Pesquisa e Divulgação científica.

GIDALTE, Lara Ximenes. **Diálogos entre a História Local e o Ensino Fundamental – 2º segmento**: propostas de inserção curricular em Casimiro de Abreu/RJ. 2018. Dissertação (Mestrado Ensino de História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018. 92 p.

GRAMMONT, Anna Maria de. A Construção do Conceito de Patrimônio Histórico: Restauração e Cartas Patrimoniais PASOS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Universidad de La Laguna El Sauzal (Tenerife), España, vol. 4, núm. 3, septiembre, pp. 437-442, 2006.

GURJÃO, **Bode da Rua**. Festa do Bode, 20 jul, 2022. Instagram. Bode da Rua.

GURJÃO, Museu Fotográfico Virtual. **Primeira Edição da popular Festa do Bode**, 20 Jun, 2019. Facebook: Museu Fotográfico Virtual de Gurjão.

GURJAO, Oxente, Disponível em: <https://oxentegurjao.blogspot.com/2017/07/festa-do-bode-na-rua-faltam-12-dias.html>. Gurjão, 24 Jun. 2015. Acesso em 12 Jun, 2022.

GURJÃO, Prefeitura. **Festa do Bode**. Gurjão, 30 Jul, 2022. Facebook: Prefeitura de Gurjão.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990. 133 p. ISBN 85-7115-038-9.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: Manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2014.

JOHN, Nara. Identificação, valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural.: **Anais ANPUHRS**. Rio Grande do Sul– RS, 2012.

LAGARES, Mirne-Gleyde. **A Festa de São João Batista**: Da Genealogia dos Lugares às Redes Sociais e a (Re)Conformação do Território. 2009. Dissertação mestrado (Geografia) - Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, 2009. 122 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**: Volume I, Lisboa: Edições, 1998.

MAZZUCCHI FERREIRA, Maria Letícia. Patrimônio: discutindo alguns conceitos **Diálogos**. - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil, vol. 10, núm. 3, 2006, p. 79-88.

MARQUES, Janote. **Educação patrimonial e ensino da história local na educação básica**. Fortaleza, CE: Ensino em Perspectivas, 2021. ISSN 2675-9144.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 1-15, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 1-15, 1989.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, vol 7, n 2, p.67-82, outubro de 1995.

ROCHA, Júlia Siqueira da. **Leitura Crítica do Texto de História do Ensino Fundamental da BNCC**, p. 1-14, 2017.

ROLIM, ELIANA DE SOUZA. Patrimônio Histórico, Memória, História e Construção de Saberes. **Anais do XVII Simpósio Nacional de História**, [s. l.], 24 jul. 2013.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. **II Encontro Perspectivas do Ensino de História - Anais**, [s. l.], p. 54-65.

SIMÕES, Andreza Ramos. **Memória social e tradições: uma análise turística e cultural sobre a festa do bode na rua em gurjão-PB**. 2020. Monografia (Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2020. 56 p.

SOARES, André Luís Ramos; MINUZZI, João Davi Oliveira; MACIEL, Renata Baldin. Memória e história local como patrimônio. Dossiê "Jornadas Mercosul: Memória, Ambiente Patrimônio (2010)", **Mouseion**, Canoas, v. 9, n. 10, p. 131-134, 2011.

SOUZA, Willian Eduardo Righini De; CRIPPA, Giulia. A materialidade do patrimônio intangível. João Pessoa-PB: **XVI ENANCIB**, 2015. ISSN 2177-3688.

SILVA, Fabio. O ensino de História em perspectiva: A aprendizagem histórica no século XXI. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá-MT, v.5, n. 2, p.20-36, 2018. ISSN 2318-5503.